

Arrendamento de portos da Codesa atrai 22 empresas

AJ12916

Foto de Gildo Loyola



Os portos públicos do ES tiveram seus berços e retroáreas analisados pelas empresas interessadas em arrendamento

Um total de 22 empresas já protocolou junto à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) propostas de arrendamento dos terminais públicos capixabas, segundo revela o Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações do Porto de Vitória (Proavit). Capuaba (incluindo a extensão até o cais de Paul), com 17 inscritos, segundo mostra o documento, é o porto mais cobiçado. Barra do Riacho é o segundo na preferência dos investidores, com três propostas, vindo em seguida o Porto de Vitória, com duas inscrições.

As empresas listadas pela Codesa como candidatas a berços e áreas de Capuaba são as seguintes: Bertarelli Lima Consultoria, Eximbiz Comércio Exterior, Viação Águia Branca, Silotec, Coimex, Únicafé, Cotia Trading, Nativa Engenharia, Sea World, Lasa-Linhares Agroindustrial, Guicafé (Terça), Cesa-Companhia Empreendedora Sabará, Polimodal, Asema-Auxiliar de Serviços Marítimos, Tangará Importadora e Exportadora, Docas Navegação Marítima e Companhia Portuária Vila Velha.

A Cesa quer construir um silo para movimentar 50 mil toneladas/ano de sulfato de sódio e barrilha; a Tangará um armazém exclusivo para cereais; a Docas uma unidade armazenadora com capacidade dinâmica para 400 mil toneladas anuais de grãos; a Silotec um armazém frigorífico para movimentação anual de 150 mil toneladas; e a Bertarelli um terminal para recebimento e expedição de até 240 mil toneladas/ano de cimento a granel e ensacado. As demais pretendem ocupar a retroárea e os berços para movimentação de produtos tradicionais, como café, veículos e granito.

Vitória

São candidatas às instalações e áreas do Porto de Vitória a Impar Silos e a Buaiz Indústria e Comércio. A primeira quer arrendar e adaptar o Armazém 3 do cais comercial, com previsão de movimentar de 240 mil

a 300 mil toneladas/ano de cimento. A segunda pretende arrendar o Armazém 2 e o berço 103, do mesmo cais, visando a movimentação anual de 240 mil toneladas de grãos, com destaque para trigo.

O Porto de Vitória conta com um terceiro interessado, que pretende implantar um estaleiro para reparos navais, na área próxima à Ilha do Príncipe. O nome da empresa, entretanto, não foi citado pela Codesa no Proavit. Já Barra do Riacho tem como proposta mais ambiciosa a da CVRD. A estatal solicita o arrendamento de 845,5 mil metros quadrados (m²), para implantar no mínimo três berços, destinados à movimentação de carga ge-

ral, contêiner, celulose e veículos.

A Vitória Aduaneira, que também solicitou a licitação do porto de Aracruz, quer implantar um terminal privativo, como suporte às suas operações na área de comércio exterior. Já o terceiro candidato, a Prefeitura de Aracruz, quer a transferência de Barra do Riacho para o município, mediante assinatura de convênio.

A Codesa, conforme consta na versão preliminar do Proavit, está disponibilizando em Capuaba, para o programa de arrendamentos, a retroárea, com 240,17 mil m², e os cinco berços com 125 mil m² de área de estocagem, além das instalações para administração, as oficinas,

o armazém com oito mil m² e o terminal de grãos, com dois silos com capacidade de 70 mil toneladas estáticas. No Cais de Paul, serão incluídos no programa o berço com 25 mil m² de área de estocagem, as instalações administrativas e as oficinas.

No Porto de Vitória foram incluídos quatro berços com 25 mil m² de área para estocagem, oficinas, instalações para administração e armazéns com 8,2 mil m². Também serão arrendados a oficina e carreira naval para reparos de pequenas embarcações e a caldeiraria situadas na área próxima à Ilha do Príncipe. Em Barra do Riacho, será arrendada toda a área, que totaliza 900 mil m².

Cargas nos portos aumentam 6%

A movimentação geral de cargas nos portos públicos capixabas - Vitória e Vila Velha (Capuaba) - totalizou em outubro 306,45 mil toneladas, o que representou um incremento de 65,74% em relação ao igual período do ano passado, segundo estatística divulgada ontem pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). No acumulado do ano, a movimentação passa a somar 2,56 milhões de toneladas, 0,78% a mais que em 1995. Comparado com setembro último, o incremento ocorrido em outubro equivale a 6%.

O diretor de Operações da Codesa, João Luiz Zaganelli, destacou que a queda acumulada de 21% ocorrida na movimentação destes portos entre janeiro e maio deste ano acaba de ser revertida, com o desempenho registrado em outubro, e a expectativa é de que o ano seja encerrado com um ganho no volume de cargas de 7% a 10%. No último ano os portos administrados pela Codesa movimentaram cerca de 2,95 milhões de toneladas. Até o final de dezembro, a empresa acredita que o volume pode chegar a 3,1 ou 3,2 milhões de toneladas.

“Desde que a chuva não se prolongue por mais tempo, é possível superar a casa das três milhões de toneladas”, salientou o diretor. Zaganelli explicou que a chuva oferece risco aos embarques e desem-

barques e que em função disso os portos normalmente suspendem as operações. Ele revelou que, com as chuvas dos últimos dias, apenas o desembarque de veículos estão sendo mantidos pela Codesa.

O incremento ocorrido na movimentação de cargas, que possibilitou a reversão da queda registrada até maio, para Zaganelli, é resultado do trabalho que vem sendo realizado há mais de cinco meses, no sentido de racionalizar a utilização dos terminais e de atrair novos clientes. “Com o apoio das agências e dos trabalhadores, conseguimos atrair para o Estado novas cargas. A agilidade e a segurança em nossas operações, além dos preços, que são bem menores que os dos concorrentes diretos - Santos e Rio de Janeiro - viabilizaram a atração de novos usuários”.

O diretor citou como exemplo o desembarque pioneiro de 2,6 mil toneladas de maçãs e peras, originárias dos Estados Unidos, que acabam de ser desembarcadas no Porto de Vitória. Ele disse que a operação foi um sucesso e que o cliente pretende realizar mais cinco desembarques no terminal. Estas frutas, que antes desciam por Paranaguá, foram desviadas para Vitória por causa da fila de espera naquele porto, que chega a ser de até 20 dias, contra apenas um dia em média nos portos administrados pela Codesa.

Investimentos projetados

Local	Valor (R\$)	Prazo	Objetivo
Ilha do Príncipe	800 mil	1 ano	Implantação de estaleiro para reparos navais
Cais de Vitória	7 milhões	2 anos	Dragagem e melhorias nas instalações
Cais de Paul	5 milhões	2 anos	Implantação de terminal para cargas mistas

Cais de Paul	5 milhões	2 anos	Implantação de terminal para cargas mistas
Terminal de Cereais	2 milhões	2 anos	Melhoria operacional e manutenção
Cais de Capuaba	9 milhões	3 anos	Drenagem, iluminação, instalação de balanças, dragagem, prolongamento de berços e recuperação da malha ferroviária
Retroárea de Capuaba	1,5 milhão	2 anos	Aterro, drenagem, pavimentação e iluminação
Companhia Portuária de Vila Velha			
de Vila Velha	20 milhões	3 anos	Construção de cais
Barra do Riacho	100 milhões	3 anos	Construção de berços, dragagem, instalações e retroárea

Benfeitorias trarão 150 milhões

Como contrapartida pelo direito de operação, a iniciativa privada deverá investir nos portos públicos capixabas, dentro do processo de arrendamento, cerca de R\$ 150 milhões, conforme estimativa da diretoria da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Barra do Riacho, em Aracruz, deverá receber 66% deste montante de recursos (R\$ 100 milhões), em obras de dragagem, construção de berços, implantação de equipamentos e estruturação da retroárea. O Porto de Vila Velha (Capuaba), por sua vez, abocanhará algo em torno de R\$ 30 milhões, cabendo à Vitória e Paul os restantes R\$ 20 milhões.

A previsão de investimentos no setor, a partir da transferência das operações de embarque e desembarque para a iniciativa privada, consta do Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações do Porto de Vitória (Proavit), que será apresentado ao Conselho Nacional de Desestatização (CND) até o final de dezembro. O diretor de Desenvolvimento da Codesa, Antônio Paulo Menezes explicou que a estimativa ainda é preliminar, uma vez que o programa será avaliado primeiro pelo Ministério dos Transportes, devendo sofrer algumas alterações.

Menezes salientou que os editais para o arrendamento de áreas e instalações dos portos situados na baía de Vitória sairão tão logo o CND aprove o programa e o inclua no Programa Nacional de Desestatização (PND). Barra do Riacho é a única exceção. Como o processo de arrendamento já está bem avançado, não precisará da autorização do CND. Os editais de licitação, segundo o diretor, deverá ser publicada nesta ou no mais tardar na próxima semana.

As normas e os preços para o arrendamento de Barra do Riacho, conforme acrescentou o presidente da doca capixaba, Afonso Celso Andára da Silva, já estão definidos. O terminal será arrendado por um prazo de 25 anos, dividido em duas áreas. "Faremos duas licitações simultâneas",

revelou. Quanto ao preço, disse que a meta é fixar valores que variam conforme do prazo de ocupação. Andára informou que nesta semana apresentará a versão final do edital ao Ministério dos Transportes, para em seguida promover a concorrência.

Cinco empresas já manifestaram o interesse em construir berços e equipar o porto, em troca da operação. Três delas – Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Vitória Aduaneira e Prefeitura de Aracruz – chegaram a oficializar junto à Codesa pedido de abertura de licitação. Outra, segundo técnicos da empresa, é o Banco Pactual, que deseja cópia do edital. O quinto nome, por solicitação da empresa, foi mantido em sigilo. Os técnicos da Codesa revelaram, contudo, que é um grupo de grande porte, disposto a enfrentar a Vale.

O valor do arrendamento de Barra do Riacho dependerá da área ocupada, da quantidade e do tipo de mercadorias movimentadas. A proposta que a Codesa submeterá ao Ministério dos Transportes prevê de R\$ 0,20 a R\$ 0,60 por metro quadrado, no item área ocupada. Na parte de movimentação, a meta é cobrar de R\$ 1,00 a R\$ 8,00 por unidade de contêiner, R\$ 1,00 por tonelada de carga geral, R\$ 0,40 por tonelada de granel sólido e R\$ 0,20 por tonelada de granel líquido.

Barra do Riacho opera com apenas um terminal – Portocel –, operado pela Aracruz Celulose e Cenibra. A meta da Codesa, com o arrendamento, é viabilizar a construção de mais oito berços. Com a transferência das operações portuárias para a iniciativa privada, a empresa cuidará apenas da fiscalização e da gerência do patrimônio. Barra do Riacho será o primeiro a ser arrendado após a edição da lei (a 8.630) que prevê a modernização do setor. A partir do final de dezembro será dado início ao processo de arrendamento de Capuaba. A expectativa é de que todos os portos públicos regionais estejam arrendados até o final de 1997.